



ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA: VERSÕES E INSERÇÕES

Mirella Villa de Araujo Tucunduva da Fonseca

Centro de Educação a Distância Universidade Anhanguera Uniderp

E-mail: mirellavilla@uol.com.br

RESUMO:

Este relato é parte da dissertação de mestrado, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a qual expõe uma análise e algumas considerações sobre a Educação Especial em Mato Grosso do Sul, em particular a inclusão do jovem e adulto com deficiência mental, matriculado em salas de Educação de Jovens e Adultos de escolas estaduais. A hipótese considerada foi a de que esse aluno participa da construção do seu saber e as finalidades da escolarização ampliam-se e se diferenciam no processo, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e escolarização.

INTRODUÇÃO

Considerando as Políticas Públicas em Educação Especial como inseridas na Educação Geral, buscou-se desvelar os fatores implicados na escolarização para jovens e adultos com deficiência mental em confronto com a prática efetivada.

Metodologicamente foram analisadas as **versões** dos programas relativos à Educação de Jovens e Adultos (EJA) com deficiência mental, implantados a partir de 1997 no Estado de Mato Grosso do Sul, identificando no interior da escola, os avanços alcançados na escolarização deste alunado, sendo utilizados os aportes da pesquisa qualitativa e a técnica da entrevista semi-estruturada. O universo de pesquisa concentrou os estudos, particularmente, no município de Campo Grande, MS, onde foram matriculados jovens e adultos oriundos de instituições especializadas no atendimento à pessoa com deficiência mental.

Com a realização desta pesquisa observou-se que os programas de EJA sofreram avanços nas **inserções** dos alunos com deficiência, dado o processo de *inclusão*. Por outro lado, não se pode atribuir à escolarização o poder de, isoladamente, garantir o exercício pleno da cidadania. Isso seria desconhecer o processo de exclusão social em que vive o indivíduo *deficiente*, determinado pela estrutura social e não simplesmente pela educação.

No processo de análise desenvolvido, constatou-se que a escolarização do jovem e adulto com deficiência mental caminha a passos lentos e que os motivos alegados para sua morosidade diferenciam-se da sua própria caracterização.

Buscou-se então, ao iniciar a pesquisa, o aprofundamento teórico para a compreensão dos processos e das finalidades da escolarização do jovem e adulto com deficiência mental e ao experimentar uma prática efetivada, houve a oportunidade de se ouvir os próprios alunos matriculados em escolas estaduais.

Ao tomar esse enfoque, esta pesquisa possibilitou uma reflexão particularmente desafiadora sobre os problemas enfrentados por pessoas com deficiência mental em sua escolarização. Por outro lado, também possibilitou compreender, por meio dos relatos verbais do aluno, se as necessidades que determinam a construção do saber escolar se ampliam e se diferenciam no processo.

O ensino para jovens e adultos, na área que envolve a educação especial, tem aumentado substancialmente por causa de vários fatores, que entre outros, emerge na atualidade a preocupação de oferecer às pessoas com deficiência suas reais possibilidades, uma vez que os discursos sociais e políticos estão imbuídos da defesa de uma *sociedade inclusiva*.

A concepção de *sociedade inclusiva* exige novas tendências da educação apresentando muitas propostas de avanço em direção à construção de uma concepção de cidadania voltada ao desenvolvimento pleno da pessoa, seu preparo para o exercício dessa cidadania e sua qualificação para o trabalho. Essa concepção, em torno da qual os profissionais de Educação, têm trabalhado, encontra-se contemplada na Constituição de 1988, que reafirma a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases (L.D.B.) 9394/1996, expõe a necessidade de desburocratizar a Educação, para promover a descentralização do sistema e imprimir maior autonomia aos estados, aos municípios e às escolas. Essas medidas facilitarão o alcance de alguns objetivos como promover a integração do aluno na rede cultural e tecnológica da atualidade, à medida que procura oferecer condições que potencializem as capacidades individuais e disponibilizem recursos para uma escola mais eficaz.

As propostas de escolarização para jovens e adultos com deficiência mental são quase inexistentes e observa-se que a retórica, engajada nos mais recentes documentos, ainda está distante da realidade.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia da pesquisa sobre a escolarização de jovens e adultos com deficiência mental envolveu dois fatores importantes: o primeiro foi o fato de referendar os estudos, realizados em 1998, do Curso de pós-graduação em Educação Especial em conciliação com a atividade de técnica pedagógica na educação especial; o segundo foi o fato de ampliar a possibilidade de pesquisa, acompanhando a implantação de políticas educacionais, via Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul.

Essa proximidade com a realidade exigiu que no decorrer da pesquisa e durante o seu desenvolvimento fosse feita, progressivamente, uma revisão de literatura, buscando relacionar a teoria com a prática.

Os questionamentos inicialmente levantados e que desencadearam a pesquisa foram:

- Quais fatores foram preponderantes na elaboração e implantação de projetos para a educação de jovens e adultos com deficiência mental no estado do Mato Grosso do Sul?
- As finalidades da escolarização se ampliam e se diferenciam no processo, indo além da aprendizagem *mecânica* de leitura e escrita, contribuindo para a melhoria da vida prática do aluno?

A abordagem qualitativa propõe um estudo que não se restringe apenas à coleta de dados, mas ao aprofundamento das informações oferecidas por meio desta, em seu ambiente natural de acontecimento. Além disso, a pesquisa qualitativa permite que, como pesquisadores, possam participar do fenômeno estudado de maneira contextualizada, impondo construções que vão além da simples observação do fato. O método a ser empregado na pesquisa encontra-se condicionado pela especificidade do objeto de estudo, o processo de pesquisa traduziu a necessidade de análise qualitativa, anunciando objetivos de participação e transformação.

Uma vez concluída a revisão bibliográfica, a seleção e a análise de documentos e referenciais históricos sobre: educação especial, educação de jovens e adultos e escolarização de pessoas com deficiência mental, passou-se para a pesquisa exploratória.

Posteriormente, em compatibilidade com novas propostas governamentais (2001), buscou-se ampliar a pesquisa para as demais escolas que abriram salas de EJA no contexto educacional do Estado.

Após a seleção das unidades escolares que atendem, em salas regulares de educação de jovens e adultos, a pessoas com deficiência mental, passou-se para a realização de entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos envolvidos na escolarização de jovens e adultos com deficiência mental.

A entrevista mostrou-se como uma técnica adequada, pois possibilita a apreensão dos processos de formulação do conhecimento do sujeito sobre o objeto de estudo. Diferentemente das outras técnicas que se limitam a descrever o objeto entendendo-o somente como fenômeno, procura-se por meio da entrevista ir além da descrição da aparência dos fatos, buscando atingir sua essência, suas causas, bem como o processo da sua constituição como um problema posto na realidade social.

Segundo demonstrou Anache (1997) em seus estudos, no âmbito social, o investigador encontra-se numa posição diferenciada do entrevistado, que por sua vez, possui informações que o primeiro desconhece sobre a realidade investigada, isso faz com que no diálogo essa relação de domínio sobre assuntos específicos determine a posição de cada um, como um processo de interação.

É de importância fundamental a entrevista como instrumento de coleta de dados num contexto social, pois é constituída por meio das interações sociais estabelecidas entre os sujeitos, materializadas nos discursos e representações que possuem dessa realidade.

Assim, aqui, a categoria linguagem é analisada e considerada como a capacidade humana de articular significados coletivos que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A linguagem é uma herança social, uma “realidade primeira”, que, uma vez assimilada, envolve os indivíduos e faz com que as estruturas mentais, emocionais e perceptivas sejam reguladas pelo seu simbolismo.

A compreensão da linguagem pode permitir aos alunos a problematização dos modos de “*ver a si mesmos e ao mundo*”, das categorias de pensamento, das classificações que são assimiladas como dados indiscutíveis.

Outro elemento essencial para a escolha da entrevista como instrumento é o fato de a linguagem possuir função imprescindível como um produto histórico de uma coletividade e possui a função imprescindível de refletir por meio dos significados das palavras articuladas em frases, os conhecimentos – falsos ou verdadeiros – e os valores associados a práticas sociais que se cristalizaram, a partir dos quais, cada indivíduo explicita o sentido das próprias experiências.

Ao lado disso, a contribuição das visões a respeito da escolarização coletadas por meio dos relatos verbais dos alunos jovens e adultos com deficiência mental, mostrou o quanto a palavra permite leituras de vida, de experiências, de versões sobre sua condição perante o mundo. Para o desvelamento do tema pesquisado foram organizadas duas fases expostas a seguir:

a) FASE I -

- análise do Projeto SED - 1997: “*Curso de Suplência de Educação Geral do Ensino de 1º Grau – Séries iniciais 1ª a 4ª série para portadores de necessidades especiais*”;
- análise do Projeto SED - 1998: “*Curso de Educação Inclusiva para Jovens e Adultos*”;

- observação da sala de suplência em uma Escola Estadual com alunos jovens e adultos com deficiência mental matriculados;
- investigação dos procedimentos didático e pedagógicos, efetivados nessa Escola Estadual, em confronto com a proposta curricular contida nos referidos projetos.

b) FASE II -

- análise do Projeto SED – 2001: “*Curso de Educação de Jovens e Adultos em MS;*”
- levantamento das demais escolas que formaram classes de Educação de Jovens e Adultos com alunos com deficiência matriculados;
- investigação das percepções dos alunos que freqüentam as salas de EJA sobre o processo de escolarização.

As ações acima descritas foram encaminhadas com vistas aos seguintes objetivos norteadores para desenvolvimento desta pesquisa:

a) geral:

- desvelar os fatores implicados nos conteúdos dos projetos de escolarização para jovens e adultos com deficiência mental em confronto com a prática efetivada.

b) específicos:

- realizar um estudo exploratório dos procedimentos didáticos e pedagógicos no processo de escolarização de jovens e adultos com deficiência mental em Mato Grosso do Sul.
- Analisar, a partir dos relatos verbais dos alunos jovens e adultos com deficiência mental, o processo de escolarização oferecido pelas escolas da rede estadual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Recorrendo aos estudos históricos da educação constatou-se que as relações sociais estabelecidas, muitas vezes são determinadas pelo poder econômico, sendo que ele é determinante na condução de políticas públicas e que, ao tentarem refletir os anseios da maioria da população em sua teoria, afastam-se, na prática, de ações inovadoras.

A Política Nacional de Educação Especial (PNEE, 2001) expõe algumas dificuldades que ainda persistem na educação de crianças, jovens e adultos com deficiência, entre elas: dificuldades do sistema de ensino em viabilizar a permanência do portador de necessidades educativas especiais, na escola e a indefinição quanto a critérios para o término do processo escolar para portadores de deficiência, particularmente a mental.

Então, apesar de se registrarem conquistas no discurso das políticas educacionais, pode-se observar que a escolarização de pessoas com deficiência mental, ainda se depara com essas e outras dificuldades, confirmadas na realidade quando se depara com a falta de estrutura para assegurar a esta pessoa acesso, ingresso e progressão na escolarização.

A responsabilidade pela situação que se apresenta é atribuída ora ao sistema educacional, ora à condição dos alunos, ora à figura do professores, ora aos técnicos da educação especial, ora à formação dada pelas universidades, e assim por diante. Sem dúvida, cada um desses fatores tem sua participação e mereceria ser analisado separadamente, sem que isso significasse desconsiderar o todo, pois, no panorama atual, emerge a necessidade de uma transformação geral em todos os níveis que compõem a educação.

Deve-se considerar então que as dificuldades instaladas no âmbito educacional somente serão superadas a partir do momento em que a escola e os envolvidos no processo de escolarização reconhecerem as substantivas diferenças sociais, culturais, físicas, sensoriais e mentais, como fator determinante de uma transformação na ação pedagógica.

O enfoque deste estudo reverteu-se, como foi exposto anteriormente, em dois momentos especiais. Porém, o interesse maior, foi *dar voz* aos alunos com deficiência mental para ouvir suas concepções a respeito da sua escolarização e seus entendimentos sobre o processo que está passando na escola e que faz parte da sua vida.

Desse modo, participaram desta pesquisa:

- a) Fase I: foram observados e avaliados 17 (dezesete) alunos com deficiência mental, com idades entre 16 e 30 anos, de ambos os sexos, oriundos prioritariamente de instituições. Nessa primeira fase, participaram todos os alunos matriculados na sala de suplência numa escola estadual de Campo Grande;
- b) Fase II: foram entrevistados 07 (sete) alunos, com idades entre 19 e 42 anos, de ambos os sexos, matriculados em salas de Educação de Jovens e Adultos. Para a seleção dos participantes, nessa segunda fase, estabeleceram-se os critérios de diagnóstico realizado por técnicas da Unidade de Inclusão do Estado, relatórios das instituições especializadas e declaração dos pais a respeito da deficiência mental dos alunos.

Em uma análise geral desde a primeira proposta até a mais recente, apresentada com uma *concepção interacionista*, fica demonstrada a necessária adaptação dos procedimentos didáticos e pedagógicos.

A especificidade da escolarização de jovens e adultos com deficiência mental foi considerada por dois aspectos: um que a considerou possível, mas, somente dentro de *uma perspectiva especial* e outro que a contemplou dentro de um projeto *democrático e igualitário*.

Os alunos jovens e adultos (idade superior a 14 anos) com deficiência mental, muito embora são categorizados, sob o aspecto cognitivo, como tendo um nível intelectual semelhante ao de uma criança, em sua maioria, possuem características e necessidades diferenciadas das de uma criança, além de existirem diferenças de estruturas físicas, emocionais e até mesmo intelectuais frente à sua condição de vida.

Entende-se como o período em que se inicia o processo de construção do conhecimento sistematizado, geralmente configurado com a apreensão da leitura e da escrita, partindo do pressuposto de que, ao chegar a escola, o aluno já traz, em sua bagagem cognitiva e em seu comportamento, conhecimentos, hábitos e habilidades e por meio da experiência cultural vivenciada já têm construído todo um conjunto de idéias sobre seus usos e funções.

A escolarização tem como objetivo trabalhar o desenvolvimento das percepções desse aluno, do poder de escolha, da autonomia atuando num momento importante de formação de posições e atitudes, de formas de ser perante o contexto social no qual está inserido.

Para um trabalho de escolarização, é imprescindível se levar em conta as características do aluno deficiente mental e adulto, tendo como ponto de partida a sua especificidade, porém não se esquecendo de que ele é um membro atuante da sociedade, portador de saberes próprios adquiridos na prática social; com limitações, porém capaz de fazer uma leitura crítica da realidade, apreender informações e produzir idéias.

Para a escolarização, o trabalho diferenciado não dispensa o trabalho sistematizado, *passo a passo*, no trato do conteúdo. As dificuldades do aluno adulto com deficiência mental na leitura, na escrita, no cálculo e nos demais elementos do *saber escolar* apresentam-se muito próximas às que normalmente se observam entre os demais alunos nas séries equivalentes. Por vezes, maiores que sua própria especificidade, quer por questões emocionais (bloqueio, vergonha, autocensura) ou por problemas ligados às condições familiares (descrédito, punições), quer em função da visão estereotipada e preconceituosa da sociedade em relação à deficiência mental.

A escolarização do jovem e adulto com deficiência mental só ganha sentido se ele conseguir algo mais que juntar letras. É preciso desenvolver junto com o aprendizado novas habilidades cognitivas de compreensão, elaboração e controle de própria atividade, é necessário criar novas motivações para transformarem a si mesmo e o meio onde vivem.

Assim, os caminhos para o ensino formal da pessoa com deficiência advêm de processos interacionais à medida que o sujeito age sobre o meio, transformando-o e vice-versa. O processo deve ser orgânico e dinâmico, exigindo empenho de todos os segmentos sociais, proporcionando condições que facilitem às pessoas com deficiência tornarem-se integrantes da sociedade como um todo.

Relativamente idênticas às condições socioculturais do sujeito da educação de jovens e adultos, localizam-se alunos jovens/adultos com deficiência mental. As investigações sobre as carências físicas e psicológicas desses alunos revelam, entre outras, a baixa motivação, o conformismo com a situação de analfabeto, a autodepreciação, os problemas físicos – deficiências da visão, audição e de psicomotricidade – além de problemas de memorização, além da baixa auto-estima e depreciação por parte da sociedade.

Antes de tudo, é necessário considerar que o maior interessado em seu processo escolar é o próprio aluno, que se encontra diretamente ligado à escola, suscetível aos mais diferentes procedimentos didáticos e pedagógicos.

Nesse sentido, a relação de conteúdos apresentada nos projetos para a escolarização de jovens e adultos com deficiência mental, que no primeiro projeto foi apresentada como proposta curricular, respondeu a uma organização técnica e sistemática para o uso dos conhecimentos das ciências e do saber docente. Também, no decorrer desses 5 anos de pesquisa, os procedimentos didático e pedagógicos pouco se modificaram para melhor atender às necessidades desse alunado ao se considerar a realidade da prática pedagógica. Foi observado que as atividades nas salas da EJA dão ênfase ainda a um ensino *mecânico* de leitura e escrita, contatado nas falas de E1 e E5:

M - O que você está aprendendo aqui na escola?

E1 – A ler

M – A ler ? E como a sua professora ensina a ler?

E1 – Tarefa

M – Ela passa tarefa e você faz?

E1 –É. (mostra o caderno com atividades mimeografadas).

M – O que você já aprendeu a ler?

E1 –Mostra de novo as atividades que contém palavras e desenhos e lê conforme os desenhos: abelha, igreja, e outros.

M - O que você está aprendendo aqui na escola?

E5 – Fazendo desenho

M - Fazendo desenho? Que mais?

E5 – Escrevendo.

M – Como que a professora passa para você o desenho e para você escrever?

E5 - É difícil

M – Esse aqui é mais difícil? (Atividade de cópia)

Aí você fez aquele. (atividade de desenho e pintura mimeografado)

E5 – Eu fiz (tira da bolsa as atividades – pintura de figuras - que tinha guardado).

Com base no pressuposto de adaptação de procedimentos didático e pedagógicos para atender à especificidade do aluno com deficiência mental, os demais alunos jovens ou adultos poderiam também ser beneficiados em sua aprendizagem. Seria importante

possibilitar a conversação livre com os alunos, acompanhando seu raciocínio, sem imposição de dar outras direções aos seus pensamentos, que não as que eles podem e querem chegar.

O ritmo mais lento de desenvolvimento de alunos da EJA, com deficiência mental ou não, implica a necessidade de atenção e planejamento da ação didático-pedagógica e deve ser altamente organizada e contínua, sem lacunas, de ritmo mais vagaroso; apresentada em uma variedade maior de maneiras e situações; e proporcione maior aplicação das habilidades aprendidas.

Compreende-se então que a base da ação didático-pedagógica para a escolarização de alunos jovens e adultos, apesar de ser estabelecida pela lógica do contexto escolar, busca priorizar as interações sociais e as construções cognitivas a partir das necessidades e das potencialidades do próprio aluno.

Considera-se que a representação social dos jovens e adultos geradas quer seja pelo processo histórico, quer seja pela vivência social, passou por um processo de desocultamento, isto é, só pelo fato de se considerar a possibilidade de escolarização percebe-se que o deficiente mental passou de um *sujeito incapaz* para um *aluno com possibilidades*.

E quais as possibilidades?

Deve-se analisar as possibilidades de desenvolvimento das percepções desse aluno, do poder de escolha, da autonomia atuando num momento importante de formação de posições e atitudes, de formas de ser perante o contexto social no qual está inserido.

Nos relatos descritos a seguir, dos alunos envolvidos na pesquisa, foi possível perceber que os alunos se sentem como incapazes para a leitura, por exemplo: “[...] é que eu não leio muito assim não. [...] Não, eu não leio, é uma coisa assim, não sei... não consigo (mostra a cabeça) (E2)”.

Porém, com um pouco mais de conversa, E2 acaba tirando um caderno com atividades e palavras associadas a objetos da vida comum – como embalagens, rótulos, entre outros - e faz a leitura de todas as palavras corretamente. Também consegue ler os nomes dos colegas no cartaz de presença colado na parede.

A profecia pré-estabelecida sobre a incapacidade de aprendizagem de alunos com deficiência mental passa por uma reconceptualização, considerando o momento histórico de implantação de uma política proferida como democrática no estado, cujas condições de aprendizagem estão relacionadas muito mais aos aspectos das possibilidades do que de impossibilidades.

O foco determinante neste trabalho, como já foi exposto, é desvelar a escolarização do aluno jovem e adulto com deficiência mental, matriculado em escolas estaduais, principalmente, ao se investigar se as finalidades da escolarização se ampliam e se diferenciam no processo, contribuindo para a melhoria da vida prática desse aluno.

Entende-se como melhoria da vida prática no momento em que se destacam os seguintes depoimentos:

(...)

M - Então você acha que ler e escrever vai te ajudar.

E4 – Ah, vai muito, né porque pra tudo a gente precisa saber ler, pega uma receita, a gente vai no médico passa uma receita como é que a gente vai olhar pra comprar o remédio, a gente, as vezes, dá um recado como que a gente vai nota aquele recado, então é muito difícil.

(...)

M – Isso, a sua vida melhorou também lá fora?

E4 – Melhorou.

M - Ajuda?

E4 – Ajuda.

M - Tudo você tinha que pedir.



E4 - Tudo tinha que pedir, chegava num ponto de ônibus, ô fulano que ônibus é esse?

M – o Que está escrito ali?

E4 - E como que chama esse ônibus. Agora não, agora eu já sei até ler, não todos ainda, né, mas muitos eu já leio o nome, qual que é, o qual que vou pegar, eu já olho e eu já sei que nome que é esse ônibus.

M - A primeira pergunta é: por que você vem para escola?

E6 – Pra aprender, eu quero aprender a fazer conta.

M – A fazer conta?

E6 – Eu ajudo meu pai na feira

M - Você acha q ler e escrever vai te ajudar mais ainda.

E6 – Ah, vai muito né?

M – O fato de você aprender a ler e a escrever ajuda também na sua vida lá fora?

E7 – Ajuda.

M - Você pode me dar um exemplo de como ajuda?

E7 – Ajuda a conversar com as pessoas e as pessoas respeitam a gente. Também é bom na hora que a gente precisa trabalhar. Eles sempre perguntam se a gente sabe ler e escrever.

Pode-se concluir então que, se por um lado, a escolarização de alunos jovens e adultos com deficiência mental caminha a passos lentos em relação ao avanço de procedimentos didático-pedagógicos - sendo esses abundantes e eficazes nas retóricas dos projetos educacionais, mas pouco efetivados na prática do cotidiano escolar - por outro lado, mesmo que ainda como elemento principal da metodologia a prática seja *fragmentada e tradicional*, os referidos alunos estão se apropriando da leitura e da escrita dentro de suas reais possibilidades e transformando e enriquecendo sua vida social.

Entretanto, poder-se-ia concluir, também, que o avanço da consciência dos direitos, a construção de um conceito mais concreto de jovem/adulto, fundamentado numa concepção de *sujeito de direitos* têm exigido a elaboração de novas teorias pedagógicas, a revisão de formas tradicionais de seleção, a criação de novas formas de organizar tempo espaço escolares. Existe, portanto, o desafio para que sejam geridas propostas político-pedagógicas que concebam as diferenças dos alunos como elementos constituintes e fecundos dos processos de aprendizagem, contribuam para transformar a escola num espaço de desenvolvimento e de aprendizagens múltiplas.

A superação do senso comum pela aquisição do saber científico exigirá, portanto, uma cuidadosa tarefa, cujo ponto de partida não será o que o aluno não sabe e, sim, seu potencial, convertendo esse saber em elemento de transformação social.

CONCLUSÃO

À guisa da conclusão viu-se que o acúmulo da novas experiências, conhecimentos e técnicas acarreta, para o presente momento histórico, a necessidade de uma revisão de soluções assumidas no passado, no campo educacional. A descoberta da escola ou dos ensinamentos nela ministrados, não como um objeto de consumo, mas , como um instrumento de produção, na formação do capital humano de que o país necessita para a arrancada desenvolvimentista, causa novas e importantes dimensões ao papel a ser desempenhado pelo sistema educacional, no contexto mais amplo da sociedade. A importância da participação de todos no processo produtivo transformou um sistema marcadamente seletivo em uma escola democrática, aberta para todos, escola esta que teria, para cumprir sua missão, que abandonar certos valores, agora considerados conservadores, a fim de dar lugar a outros mais atualizados e de acordo com a nova temática, a da Inclusão.

Uma sociedade inclusiva exige, no mundo contemporâneo marcado pelo apelo informativo imediato, a reflexão cada vez mais aprofundada e debatida sobre as relações sociais que mediam o exercício da cidadania.

A escola é a instituição pela qual a sociedade cuida de garantir o conhecimento indispensável ao pleno exercício da cidadania, conhecimento este que a família e a comunidade próxima não podem prover suficientemente devido não só às características que definem a educação escolar, pelo seu teor sistematizado, como também, pelos entraves sociais vividos ao longo da história da vida do indivíduo, reforçando o fato de que o processo de escolarização não está desvinculado, em seu desenvolvimento, de forças sociais que dominam a estrutura do poder e dos objetivos subjacentes às políticas econômicas, sociais e culturais.

Esse movimento pressupõe ser a renovação das políticas educacionais para atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de motivação em busca de uma sociedade mais democrática.

Renovar a escola assume aqui o sentido amplo de educação, de modo a integrar a rede pública como referência para a escolarização da pessoa com deficiência, superando o que até agora vem se constituindo em programas de ações isoladas, descontínuas, assistemáticas e assistencialistas. Além disso, a escola, que está aí, ainda alimenta um ideário de naturalização e aceitação dos processos e exclusão social, pois impera o jogo das culpas que, no final, ainda é atribuída ao aluno ou a sua formação social.

A escola renovada pressupõe, necessariamente, renovar as práticas educacionais. Compreendem essas o político, o administrativo e o pedagógico, buscando superar a exclusão, da produção e da reprodução das relações sociais que as impregnam.

A Educação, com vistas à abordagem sócio-histórica, exige um educador capaz de constantes análises de sua prática e re-orientação de sua ação pedagógica. O ato de ensinar deve se embasar nas diferentes concepções que cada aluno pode ter diante do mesmo objeto, para tanto faz-se necessária uma relação dialógica entre *professor e aluno* e *aluno e aluno*, pois é por essa mediação da palavra, da linguagem, que se estabelece a experiência de conhecimento do mundo.

É preciso que a escola valorize os conceitos cotidianos do aluno e proporcione a aquisição de conceitos científicos por uma ação pedagógica que envolva movimentos diversos como os de facilitação, de condução diretiva e de propiciamento de conflitos cognitivos.

Os conteúdos a serem trabalhados serão os mesmos que em outras abordagens, por constituírem conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, o que muda é a concepção a ser dada a esses mesmos conteúdos e o tipo de homem a que se pretende formar.

Para que essa abordagem seja implementada é preciso uma mudança em toda a estrutura da escola, que envolva toda a comunidade escolar: direção, professores, administrativos, pais e outros que façam parte da educação desse alunado. É imprescindível a postura de interação e a colaboração de todos para a efetivação dessa proposta.

O primeiro passo dessa abordagem é o conhecimento do sujeito, ou seja, do aluno pelo professor e quando se trata do aluno com deficiência é preciso se observar que culturalmente ele é tido como incapaz, o que vai, com certeza, gerar um sentimento de menos valia, cabe à escola propiciar um ambiente onde esse sujeito seja valorizado em seu potencial e apresentar instrumentos, “[...] demonstrando a possibilidade de se dirimir falhas no desenvolvimento e compensar deficiências sensoriais e intelectuais, desenvolvendo-se e aprimorando-se as funções psicológicas superiores.” (SILVA, 1996), efetivando-se assim o seu processo de aquisição de conhecimentos.

A pesquisa que ora se apresenta, mostrou que a escolarização tem como objetivo trabalhar o desenvolvimento das percepções do aluno - com deficiência ou não - do seu poder



de escolha, da sua autonomia ocorrendo num momento importante de formação de posições e atitudes, da sua forma de ser perante o contexto social no qual está inserido.

O processo de construção de conhecimento e de aprendizagem de jovens e adultos iguala-se a esta perspectiva e se difere na medida em que se observa o discurso nas políticas educacionais mais abrangentes. Quando então se fala da escolarização de jovens e adultos com deficiência mental, a distância é maior ainda. Alunos com deficiência mental precisam ser considerados, a partir de suas potencialidades de aprendizagem. Sobre esse aspecto é facilmente compreensível que a escola não tenha que consertar o *defeito*, valorizando as habilidades que o deficiente não possui, mas ao contrário, trabalhar suas condições cognitivas mais benéficas à sua aprendizagem, com vistas a seu desenvolvimento.

Reconhecem-se como inadiáveis o compromisso e a responsabilidade de se atuar na direção de uma transformação mais ampla da educação. É preciso acreditar na possibilidade de se construir uma política educacional mais próxima do educando e que atenda às reais necessidades dos seus envolvidos.

Não é uma tarefa fácil indicar os meios para a transformação, não é simples admitir que a educação especial, engajada na retórica das políticas públicas, está muito distante da realidade. Contudo, espera-se poder crer que propostas educacionais servirão como pontos de partida e para o milênio, que ora se inicia. O professor deve ser um otimista no sentido de vislumbrar as perspectivas futuras.

Assim, um projeto educacional transformador que tenha como objetivo maior a construção de uma nova sociedade, pautada na justiça social, não será efetivado a curto prazo, nem localizadamente. Ou seja, a transformação da educação só pode ser entendida na égide de uma transformação da sociedade, por meio de uma luta profunda, complexa e universal.

REFERÊNCIAS

ANACHE, A. A. **Diagnóstico ou inquirição? estudo sobre o uso do diagnóstico psicológico na escola.** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1997.

BRASIL, Ministério e Educação e do Desporto. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC, 2001.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96.** Brasília: MEC, 1996.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Gerais para o ensino do Portador de Necessidades Especiais.** Campo Grande: Objetiva; 1994.